



CAPÍTULO 23

DOI: <https://doi.org/10.58871/CONSAMU24.C23>

VIOLÊNCIA OBSTÉTRICA E O LEGADO DAS AMAS DE LEITE: IMPACTOS NA SAÚDE MENTAL E NO DIREITO REPRODUTIVO DE MULHERES NEGRAS

OBSTETRIC VIOLENCE AND THE LEGACY OF WET NURSES: IMPACTS ON THE MENTAL HEALTH AND REPRODUCTIVE RIGHTS OF BLACK WOMEN

MARIA LUIZA NASCIMENTO MAGALHÃES
Acadêmica em Psicologia pela UNIFACISA¹

ANA AMÉLIA FREIRE BEZERRA
Acadêmica em Psicologia pela UNIFACISA¹

MARIA LAURA SOUSA ALVES QUINTO
Acadêmica em Psicologia pela UNIFACISA¹

YASMIM ARIELLY DOS ANJOS CONFESSOR
Acadêmica em Psicologia pela UNIFACISA¹

LETÍCIA DE MÉLO SOUSA
Doutora e Mestre em Psicologia Social pela UFPB, Psicóloga (CRP/13-6856), formada e licenciada pela UEPB, Professora Adjunta na UNIFACISA²

RESUMO

Objetivo: O presente estudo tem como objetivo analisar as intersecções do contexto histórico em relação às “Amas de Leite” no período da escravidão brasileira e a violência obstétrica que é sofrida por mulheres negras, além de investigar o sofrimento mental causado por esta prática.

Metodologia: A coleta de dados para a formular o artigo se sucedeu por meio de consultas em bases de dados, como: SciELO, Periódicos CAPES, Pepsic e BVSalud. Os descritores utilizados para a efetivação das buscas foram: Violência Obstétrica; Saúde Mental; Racismo; Maternidade; Saúde Materna; Direitos Sexuais e Reprodutivos; Psicologia; Saúde das Minorias Étnicas e Violência Étnica. **Resultados e Discussões:** A discussão das publicações elucidam a violência obstétrica que é sofrida por mulheres negras, sendo elas, vítimas de violência de raça e de gênero. É possível, também, observar que as práticas profissionais em saúde, por diversas vezes, são pautadas em ideologias racistas, sendo possível atestar que o racismo institucional afeta a vida das mulheres negras, marcadas pela exclusão e vulnerabilidade. **Conclusão:** Observa-se a necessidade de práticas que elevem o cuidado em saúde destinado a mulheres que estão passando pelo período gestacional, às prevenindo da violência obstétrica e da violação de seus direitos humanos, uma vez que as agressões físicas e psicológicas são traumáticas e, muitas vezes, decidem pela vida ou a morte da parturiente e de seu filho.

Palavras-chave: direitos sexuais e reprodutivos; violência obstétrica; racismo.



ABSTRACT

Objective: The purpose of this study is to analyze the intersections of the historical context in relation to “Milk Nannies” during the period of Brazilian slavery and the obstetric violence suffered by black women, in addition to investigating the mental suffering caused as a result of this practice. **Methodology:** Data to formulate the article was obtained by consulting online journals such as SciELO, Periódicos CAPES, Pepsic and BVSalud. The descriptors used to carry out the searches were: Obstetric Violence; Mental Health; Racism; Maternity; Maternal Health; Sexual and Reproductive Rights; Psychology; Ethnic Minority Health and Ethnic Violence. **Results and Discussions:** The discussion of the publications elucidates the obstetric violence suffered by black women, who are victims of racial and gender-based violence. It is also possible to observe that professional health practices are often based on racist ideologies, where it is possible to attest that institutional racism affects the lives of these subjects, who are marked by exclusion and vulnerability. **Conclusion:** There is a clear need for practices that improve health care for women going through pregnancy, preventing obstetric violence and the violation of their human rights, since physical and psychological aggression are traumatic and often decide the life or death of the parturient and her child.

Keywords: sexual and reproductive rights; obstetric violence; racism.

1 INTRODUÇÃO

A violência obstétrica é uma prática que pode ser descrita a partir de atos violentos que são direcionados a mulheres que vivenciam o período gestacional, puerpério ou situações de aborto e que ocorrem em meio a serviços de assistência à saúde, de maneira que esses atos violentos podem ser danosos à integridade física ou mental da mulher, provocando a perda de sua autonomia e o desrespeito (Saraiva; Campos, 2023). Essa violência é influenciada a partir de discriminações acerca de gênero e/ou raça em relação ao corpo feminino, tendo como foco principal o abuso desse corpo em meio a seus processos reprodutivos, se manifestando por meio da exploração dos desejos maternos e reprodutivos, ao utilizar-se da agressão física, psicológica ou verbal (Curi; Ribeiro; Marra, 2020).

Sendo um fenômeno que atravessa décadas, é possível identificar que, historicamente, o corpo feminino, principalmente o corpo negro, é apresentado à sociedade como um objeto que é passível de controle, sobretudo no que diz respeito à reprodução (Curi; Ribeiro; Marra, 2020), uma vez que a anatomia feminina do corpo negro era minimizada e encarada como um mecanismo que tem como única função a reprodução. Em meio ao período da escravidão brasileira, a gravidez de mulheres escravizadas era vista pelos seus senhores como uma oportunidade de aumento de lucros, e seus filhos, associados e reconhecidos como mais uma mercadoria (Jorge *et al.*, 2022), além de também possibilitar o surgimento do mercado das Amas de Leite, que consistiam em mulheres negras escravizadas que amamentavam os filhos



de seus senhores, silenciando sua própria maternidade em relação aos seus filhos em função da servidão (Curi; Ribeiro; Marra, 2020).

Segundo Curi; Ribeiro; Marra (2020), a partir do poder branco, corpos negros são postos em hierarquia inferior, fazendo com que a violência obstétrica perpassse os limites de gênero e também atinja o racial, explicitando que algumas maternidades são consideradas menos ou mais importantes que outras. De maneira institucional, o racismo estrutural ainda age, silenciosamente, e permeia espaços públicos e privados que são direcionados ao cuidado e à saúde da mulher negra, se tornando mais uma alternativa de anulação destinada a esses sujeitos (Saraiva; Campos, 2023).

A violência direcionada às mulheres escravizadas enquanto amas de leite e sua exploração enquanto cuidadoras influenciam as percepções e práticas em torno da maternidade negra e sua assistência de parto. Ao identificar as ocorrências da violência obstétrica associadas a fatores históricos, culturais e estruturais da população negra e sua subnotificação, é evidente a disparidade em saúde pública que afeta, desproporcionalmente, as mulheres negras e a necessidade social da garantia de direitos reprodutivos, uma vez que, todas as mulheres têm o direito de receber cuidados em saúde de qualidade durante a gestação, parto e pós-parto (Curi; Ribeiro; Marra, 2020).

Diante do exposto, o presente artigo foi desenvolvido com o objetivo de analisar a interseção do contexto histórico brasileiro em relação às chamadas “amas de leite” no período da escravatura no Brasil e a violência obstétrica vivenciada por mulheres negras, bem como, de que modo isso impacta no adoecimento mental dessas mulheres. Para isso, foi adotada a metodologia da revisão de literatura narrativa. Desse modo, esta revisão contribui para o debate sobre a relevância social do fenômeno a ser tratado, que afeta a saúde pública e a vida de diversas mulheres, marcadas pela desigualdade estrutural e o racismo institucional presentes nos sistemas de saúde. Além de destacar o impacto na saúde mental gerado pela falta de apoio emocional e psicológico adequado durante a gravidez, parto e puerpério.

2 METODOLOGIA

Para a construção do presente estudo, utilizou-se a abordagem de pesquisa qualitativa, de modo que a revisão de literatura narrativa foi escolhida enquanto perspectiva metodológica



com o objetivo de apresentar uma nova óptica sobre um tópico em específico com maior evidência na literatura (Dorsa, 2020). Os descritores utilizados foram: Violência Obstétrica; Saúde Mental; Racismo; Maternidade; Saúde Materna; Direitos Sexuais e Reprodutivos; Psicologia; Saúde das Minorias Étnicas e Violência Étnica. Sendo eles, utilizados da seguinte forma: Violência Obstétrica AND Racismo; Violência Obstétrica AND Saúde Mental; Maternidade AND Racismo; Saúde Materna AND Psicologia AND Saúde das Minorias Étnicas; Direitos Sexuais e Reprodutivos AND Violência Étnica.

Foram definidos os seguintes critérios de inclusão: artigos presentes em periódicos que sejam revisados por pares, artigos publicados nos últimos 5 anos (2019 a 2024); pesquisas advindas das bases de dados Periódicos CAPES, PePSIC, SCielo e BVSalud; artigos que incluam a temática de interesse e, por fim; artigos em português, exclusivamente. Em relação aos critérios de exclusão, foram excluídos artigos encontrados na busca que, após leitura dos resumos, verificou-se que não tratavam do tema de interesse da pesquisa, ou que estivessem duplicados na busca. O processo de análise ocorreu, respectivamente em: identificar o tema e sua questão de pesquisa, analisar se o artigo trata do tema de interesse do estudo e por fim, considerar quais informações constarão na discussão do estudo.

Foram encontradas 47 publicações, sendo 20 delas excluídas por serem repetidas e 9 utilizadas para a análise final. Houve dificuldade para encontrar trabalhos que tratam sobre a saúde mental de mulheres negras que foram vítima de algum tipo de violência obstétrica, uma vez que, a super inclusão do tema retrata a violência obstétrica abrangendo a todo o público feminino, ignorando o recorte racial que é imprescindível para que se analise e interprete os casos de violência (Lima; Pimentel; Lyra, 2021).

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A violência obstétrica é classificada como um fenômeno que percorre a assistência em saúde, pública ou privada, e que abrange casos de abuso, omissão, negligência e agressão que se destinam a grávidas ou puérperas que, por muitas vezes, são vítimas de procedimentos não autorizados, desnecessários e de informações limitadas contra a sua vontade para a indução de sua autorização, à fim de realizar a sua efetivação (Lima; Pimentel; Lyra, 2021). Segundo Lima; Pimentel; Lyra (2021), a negação de atendimentos, a solidão agravada pela falta de acompanhantes durante o parto, discriminações culturais, étnicas e econômicas, uso ou excesso de analgesia também são fatores em comum à violência obstétrica, que corroboram para o silenciamento e anulação da figura feminina enquanto sujeito de direitos.



2º CONSAMU 14, 15 e 16 de Junho

REALIZAÇÃO:



APOIO:



Diversos recursos que são utilizados em meio ao processo de violação de direitos incentivam a perpetuação desse sistema de abuso ao direito das mulheres, onde o desconhecimento sobre esses abusos sofridos pelas vítimas fazem com que essa prática se estenda e banalizada, fazendo com que, muitas vezes, as vítimas não tenham consciência da violência sofrida, uma vez que, são confundidas com as dores decorrentes do trabalho de parto (Lima; Pimentel; Lyra, 2021). Dessa forma, a violência recai sobre o corpo feminino e é ampliada quando esse sujeito é atravessado por certos marcadores sociais, como raça e classe, fazendo das mulheres negras seu maior foco (Curi; Ribeiro; Marra, 2020).

Ao se deparar com o contexto histórico brasileiro, é possível observar que o “velho” se repete no “novo”, voltando com uma versão atual do sofrimento passado, devido à existência de uma forte tentativa de não autorização da maternagem da mulher negra (Saraiva; Campos, 2023). Em solo colonial, a mulher ideal é caracterizada a partir do modelo europeu, sendo descritas como dóceis e a partir de uma figura infantilizada. Em contrapartida, qualquer mulher que se diferencia desse padrão era encarada como uma representação de animalização e hipersexualização (Curi; Ribeiro; Marra, 2020), ou seja, as senhoras eram sensíveis e delicadas e as escravizadas eram resistentes e fortes.

Assim, com a justificativa de que a amamentação prejudicaria o corpo da mulher branca e sob a alegação da falta de pudor, são postas à tona as Amas de Leite: mulheres escravizadas, classificadas enquanto as melhores negras da senzala, a quem se destinava a função de amamentar os filhos de seus senhores, onde a exploração as obrigava a ignorar a sua experiência de maternidade individual e o cuidado com a amamentação de seu próprio bebê para que se pudesse cuidar do filho de uma mulher branca, onde, mais uma vez, se reforça o sofrimento que é marcado ao negar o materno negro (Curi; Ribeiro; Marra, 2020; Saraiva; Campos, 2023).

Sendo o corpo da mulher escravizada um objeto de apropriação e que estava sob o direito de propriedade do seu senhor, é possível estabelecer uma ligação com a relação hierarquizada entre médico-paciente, uma vez que o Brasil é um forte reforçador na perpetuação das ideias eurocêntricas que corroboram para o abuso de mulheres negras (Curi; Ribeiro; Marra, 2020). O Estado e seus dispositivos responsáveis pela violação de direitos, enquanto componentes principais, trabalham para que se permaneça e que se reforce a ideologia fantasiosa de animalização da população negra, mantendo e alimentando categorizações sociais que envolvem gênero e/ou raça (Saraiva; Campos, 2023).

Logo, a estereotipação de mulheres negras é reproduzida por meio do racismo disfarçado de ciência (enviesamento de gênero e raça na ciência), onde discursos adoecedores invadem o acesso em saúde, como: “Mulheres negras são ótimas parideiras”, “Mulheres negras



são fortes e resistentes a dor”, “Mulheres negras não adoecem”, etc (Curi; Ribeiro; Marra, 2020; Santos *et al.*, 2023). Como consequência, podemos observar mulheres que têm mais chances de passar por um pré-natal inadequado ou incompleto, mulheres que são proibidas de terem um acompanhante de sua confiança no momento do parto, mulheres que não recebem anestesia em momentos dolorosos ou que recebem além do que se é recomendado (Curi; Ribeiro; Marra, 2020; Saraiva; Campos, 2023).

De acordo com Curi; Ribeiro; Marra (2020), são essas as mulheres que mais morrem, sendo o controle sobre a vida e morte de corpos negros algo que não é passível de escolha, e sim, uma sentença imposta pela branquitude (Saraiva; Campos, 2023), por conseguinte, o feminicídio é composto pelas mais diversas formas de violência, sendo a falta de assistência à saúde uma delas. Portanto, a carência de visibilidade, representatividade e validação social das parturientes e mães negras são mecanismos adoeceadores em meio a sociedade e a não validação do sofrimento da figura mulher-mãe fortalece o silenciamento das mesmas acerca do abuso, podendo vir a ser um potencial fator para o padecimento da saúde mental da vítima (Lima; Pimentel; Lyra, 2021; Alves *et al.*, 2023).

Por vezes, eixos de gênero, classe e raça provocam um entrave, atingindo em sua maioria mulheres negras, logo, elas não são reconhecidas como sujeitos, não são consideradas mulheres se comparadas ao ideal de feminilidade eurocêntrico, não são corpos humanos (Saraiva; Campos, 2023), assim, estão expostas a qualquer negação de direitos básicos inerentes ao ser humano. Pode-se citar a dificuldade de mulheres negras ao obter acesso à saúde mental, uma vez que o número de tratamento dedicado a depressão no puerpério é expressivamente menor se posto em comparação com mulheres brancas, evidenciando mais uma disparidade no processo de atenção à gestação (Carmo *et al.*, 2021).

Essas mães têm menos chances de ter contato físico com seus filhos recém-nascidos ao fim do trabalho de parto, o que desperta, em sua grande maioria, a ansiedade e o medo de separação (Alves *et al.*, 2023), o que ilustra o movimento de uma entidade dotada de poder que deseja abusar da mulher negra ao não permiti-la viver o lugar de mãe, por mais que a maternidade seja algo imposto como um ideal do gênero feminino (Saraiva; Campos, 2023), as negando autonomia à frente de seus processos reprodutivos e a criação de vínculos com seu bebê.

O silenciamento da violência física e, sobretudo, mental da população negra enquanto parturientes as desumaniza e fomenta dificuldades no que tange à denúncia dos maus tratos sofridos, retardando o avanço nos cuidados em saúde mental destinados a este público (Passos, 2021). Uma vez que o racismo se propõe ao desfavor dessas formas de existência, é impossível



separar o sofrimento mental da realidade biopsicossocial que o sujeito experimenta (Passos, 2021).

A qualidade da assistência que é dedicada e proposta à maioria dessas mulheres é defasada, às proporcionando momentos traumáticos, tais como: o pudor do acolhimento, falta de escuta, pouca ou nenhuma participação e autonomia nas decisões, a peregrinação na hora do parto, falta de comunicação entre médico-paciente, negação do afeto e cuidado por parte da equipe médica e pelo impedimento ilegal de acompanhantes durante os procedimentos ligados ao parto, e outros (Passos, 2021; Aragão; Santos, 2023).

Segundo Aragão; Santos (2023),

Considerada boa prática, a presença do acompanhante traz apoio, segurança e redução de intervenções obstétricas, como infusão de ocitocinas e manobra de *Kristeller*, diminui a dor e a sensação de solidão das puérperas, resultando no aumento do estímulo à coragem para enfrentamento de desconfortos (Aragão; Santos, 2023, p.5).

Assim, é evidente a necessidade de garantir o direito de mulheres que, historicamente, têm suas dores apagadas e a sua condição de mulher negada, sendo marcadas por uma maternidade comercializada (Passos, 2021). Um parto humanizado se faz não só no processo em si, mas também, na liberdade da mulher em escolher o que quer para si, em conjunto a uma prática assistida por profissionais que tenham o desejo de escutá-las de forma ativa e cuidadosa, às prevenindo do impacto à saúde mental e física, em relação a eventos traumáticos direcionado às mães na assistência em saúde como um todo (Aragão; Santos, 2023).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A violência obstétrica no Brasil ecoa dentro de uma estrutura racial, de gênero e econômica, observando-se que existem poucas interferências práticas de proteção quanto aos direitos das mulheres. Dentre tais, a população de mulheres negras entra em destaque no cenário estatístico em função das condições sociodemográficas, como falta de acessos qualificados em educação e nos serviços de saúde, sofrendo um número significativo de violências, nesse caso, integrado também aos padrões históricos do lugar dessas mulheres para a sociedade (RESEAM, 2024).

Sendo assim, com a pretensão de ampliar o olhar para o grupo de mulheres negras em gestação, observado a escassez de literatura sobre a temática em específico, foi-se considerado a repetição de um lugar subalterno dado pela sociedade colonialista, racista e patriarcal, que justifica suas idealizações de um público de mulheres negras “forte e resistente” para violações, fortalecendo uma cultura misógina, violenta e sem garantias de



proteções adequadas às vítimas de violência obstétrica. Nesse sentido, se faz possível perceber, ainda, a existência de uma lógica escravocrata perpetuada com novos nomes e novas características de violações, mas que são retomadas desde a época das “amas de leite”, enquanto mulheres que continuam sendo exploradas pelos seus cuidados, marcadas por um corpo que é visto apenas como reprodutor e com baixa assistência quanto às suas próprias necessidades de mãe e mulher. *

Com isso, estima-se que esse artigo possibilite uma maior visibilidade e reflexão dentre os pesquisadores em saúde e saúde mental, sobre as perspectivas que regem esse tema, influenciando uma política mais adequada de conscientização sobre a violência obstétrica e de proteção a essas mulheres negligenciadas.

Portanto, destacar a influência da ciência com um intuito, questionar e debater o peso das desigualdades no Brasil entre as questões gênero, raça, opressão e exploração das classes, dentro dos aspectos da saúde e das políticas públicas, reforça a necessidade de mudanças estruturais firmes que busquem por intensas transformações sociais na vida das mulheres negras, que desejam ter um lugar qualificado e seguro no período de sua gestação.

REFERÊNCIAS

ALVES, G.K.A.; LOPES, R.S.; CABRAL, J.N.; MOREIRA, A.P.A; CECÍLIO, J.O.; BATISTA, A.S.F.C. Relação entre iniquidade racial e violência obstétrica no parto. **Rev. Cient.Esc. Estadual Saúde Pública Goiás “Cândido Santiago”**, 2023.

ARAGÃO, T. E. B.; SANTOS, A. N. do S. . PERCEPÇÃO DE PUÉRPERAS NEGRAS SOBRE OS CUIDADOS RECEBIDOS NO PARTO. **Revista Baiana de Enfermagem**, [S. l.], v. 37, 2023. DOI: 10.18471/rbe.v37.46421. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/enfermagem/article/view/46421>. Acesso em: 22 maio. 2024.

CARMO, C.B.; MELO, L.C.; SILVA, T.F.; SOUZA, E.M.; GARCIA, C.M. Desafios do processo gestacional de mulheres negras: uma revisão narrativa. **Feminina**, 2023.

CURI, Paula Land; RIBEIRO, Mariana Thomaz de Aquino; MARRA, Camilla Bonelli. A violência obstétrica praticada contra mulheres negras no SUS. **Arq. bras. psicol.**, Rio de Janeiro , v. 72, n. spe, p. 156-169, 2020 . Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-52672020000300012&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 21 maio 2024. <https://doi.org/10.36482/1809-5267.arbp2020v72s1p.156-169>.

Dados Internacionais de Catalogação da Publicação (CIP) Brasil. Ministério das Mulheres **Relatório Anual Socioeconômico da Mulher**. 1ª Impressão. Brasília: Ministério das Mulheres Abril, 2024, 468 pg.



2° CONSAMU 14, 15 e 16 de Junho

REALIZAÇÃO:



APOIO:



DORSA, A. C. O papel de revisão da literatura na escrita de artigos científicos. **Interações (Campo Grande)**, v. 21, n.4, p. 681-683, jul. 2020.

JORGE, A. DE O. et al.. Das amas de leite às mães órfãs: reflexões sobre o direito à maternidade no Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 27, n. 2, p. 515–524, fev. 2022.

LIMA, K. D. DE .; PIMENTEL, C.; LYRA, T. M.. Disparidades raciais: uma análise da violência obstétrica em mulheres negras. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 26, p. 4909–4918, out. 2021.

PASSOS, R. G. O lixo vai falar, e numa boa!. **Rev Katálysis [Internet]**, v. 24, n. 2, p. 301-309, may. 2021.

SARAIVA, V. C. DOS S.; CAMPOS, D. DE S.. A carne mais barata do mercado é a carne negra: notas sobre o racismo e a violência obstétrica contra mulheres negras. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 28, n. 9, p. 2511–2517, set. 2023.

SANTOS, J.E.; SILVA, T.J.S.; PARANHOS, J.B.; SILVA, P.H.S.; ALMEIDA, A.I.S. Obstetric violence in Brazil: appropriation of the female body and rights violation. **Integrative Literature Review R Pesq Cuid Fundam [Internet]**, 2023.
Available: <https://doi.org/10.9789/2175-5361.rpcfo.v15.12924>.